

ILUSTRÍSSIMA(O) SENHORA(O) PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL GASPAR – ESTADO DE SANTA CATARINA.

Referente: Tomada de Preços nº 004/2021 - Processo Administrativo Nº 53/2021.

PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 82.743.832/0001-62, sediada na Rua Blumenau, nº 20 D, Bairro Líder, Chapecó/SC, CEP – 89.805-430, por meio de seu representante abaixo assinado, vem, respeitosamente, à presença de VOSSA SENHORIA, com fulcro no Art. 109, I, da Lei 8.666/93 e Item 22 e seus subitens do Edital de Tomada de Preços em epígrafe, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da DECISÃO da Comissão de Licitação do Certame que INABILITOU a hora RECORRENTE, pelos fundamentos de fato e de direito a seguir explanados:

1. DOS FATOS.

As 09h30min do dia 22/04/2021, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Gaspar/SC, localizada na Rua São Pedro, 128, 2º Andar - Edifício Edson Elias Wieser – Centro de Gaspar/SC, reuniu-se a Comissão de Licitações para PROCEDER A HABILITAÇÃO DAS EMPRESAS PARTICIPANTES DA LICITAÇÃO EM COMENTO.

Estiveram presentes as empresas CR Artefatos de Cimento Ltda (sem representante presente); Infrasul Infraestrutura e Empreendimento Ltda (sem representante presente); Pacopedra Pavimentadora e Comércio de Pedras Ltda (representada por Franciele Figueiredo dos Santos Zarembski, inscrita no CPF nº 017.502.740-43); Planaterra Terraplenagem e Pavimentação Ltda (sem representante presente); e Progresso Ambiental Eirelli (sem representante presente).

Os documentos foram analisados e rubricados pela comissão de licitação e representantes presentes.

Após análise dos documentos pela CPL e a representante da empresa PACOPEDRA, onde foram inabilitadas as empresas CR Artefatos de Cimento Ltda, por apresentar sua declaração exigida no item 3.4.8 do Edital “sem firma reconhecida”; e ainda por não cumprir o item 3.4.3 do Edital, deixando de comprovar “escoramento de vala c/profundidade maior ou igual a 4,5m, largura maior ou igual a 2,5m”; e também a Planaterra Terraplenagem e Pavimentação Ltda, por não comprovar os itens “escoramento de vala c/profundidade maior ou igual a 4,5m, largura maior ou igual a 2,5m”; e “Execução de passeio em piso intertravado” nas qualificações operacional e profissional” (itens 3.4.3 e 3.44 do Edital), sendo as demais licitantes Habilitadas.

Isso tudo conforme ATA de habilitação de 22 de abril de 2021, ANEXO 01 ao presente recurso administrativo.

Nessa oportunidade a comissão de licitação encerrou a sessão e abriu prazo para apresentação de recursos administrativos.

Na data de 23 de abril de 2021 a empresa PLANATERRA tomou conhecimento de sua injusta inabilitação, através da ata encaminhada via por correio eletrônico, e-mail (Comissão Permanente de Licitações cpl@gaspar.sc.gov.br), conforme pode se observar no ANEXO 02.

Era o breve relato dos fatos.

Todavia, acredita-se que a decisão que inabilitou a recorrente não é justa e não atende os ditames legais.

Para tanto, vejamos.

2. DAS RAZÕES E DOS FUNDAMENTOS LEGAIS DO RECURSO.

Entendeu a douta comissão que o descumprimento do item 3.4.3 CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL e Item 3.4.4 CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL, do Edital Tomada de Preços 04/2021, teria dado azo a INABILITAÇÃO da recorrente.

No entanto, conforme se demonstrará a inabilitação é injusta e desprovida de amparo legal, uma vez que não houve por parte da RECORRENTE desobediência aos itens editalícios e legais.

Para tanto, vejamos.

Conforme exigência no item 3.4.3. CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL do Edital de Tomada de Preços nº 04/2021, houve solicitação de apresentação da seguinte documentação:

3.4 Qualificação Técnica:

3.4.1 Registro ou inscrição no Conselho Regional competente da **empresa licitante**;

3.4.2 Registro ou inscrição no Conselho Regional competente de seu(s) **responsável(is) técnico(s)**;

3.4.3 CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL: apresentar uma ou mais **Certidão(ões)** e/ou **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, devidamente registrado(s) no Conselho Regional competente de onde os serviços foram executados, que comprove(m) que o licitante tenha executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas que não o próprio licitante (CNPJ diferente), os seguintes serviços com as respectivas quantidades mínimas:

Descrição	Unidade	Qtde mínima
Tubo de concreto diâmetro de 1500mm ou galeria 1,50m x 1,50m p/redes coletoras de águas pluviais – fornecimento e assentamento	m	60
Execução de caixa de inspeção ou poço de visita	un	5
Escoramento de vala c/profundidade maior ou igual a 4,5m, largura maior ou igual a 2,5m	m ²	400
Execução c/fornecimento de material da camada de sub-base c/rachão compactado – incluso transporte	m ³	800
Execução c/fornecimento de material da camada de sub-base de brita graduada compactada – incluso transporte	m ³	600
Execução de imprimação c/asfalto diluído	m ²	4.000
Construção de pavimento c/aplicação de concreto betuminoso usinado à quente (CBUQ)	m ³	250
Execução de passeio em piso intertravado	m ²	300

E para o item 3.4.4 CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL, a seguinte exigência:

3.4.4 CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL: comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, na data de abertura das propostas, os seguintes profissional(is) de nível superior detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, mediante apresentação de documento específico expedido pelo Conselho Regional competente, nos termos da legislação aplicável, que comprove(m) ter o(s) profissional(is) executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não o próprio licitante (CNPJ diferente), serviço(s) relativo(s) ao objeto desta licitação:

Descrição
Tubo de concreto diâmetro de 1500mm ou galeria 1,50m x 1,50m p/redes coletoras de águas pluviais – fornecimento e assentamento
Execução de caixa de inspeção ou poço de visita
Escoramento de vala c/profundidade maior ou igual a 4,5m, largura maior ou igual a 2,5m
Execução c/fornecimento de material da camada de sub-base c/rachão compactado – incluso transporte
Execução c/fornecimento de material da camada de sub-base de brita graduada compactada – incluso transporte
Execução de imprimação c/asfalto diluído
Construção de pavimento c/aplicação de concreto betuminoso usinado à quente (CBUQ)
Execução de passeio em piso intertravado

Ocorre que o motivo da inabilitação da ora RECORRENTE é injusto.

Isto porque, ao contrário do sustentado pela CPL, empresa ora RECORRENTE apresentou TODAS as Certidões/atestados comprovando sua CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL bem como a CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL de seu Engenheiro Civil-Responsável técnico, atendendo na íntegra os itens 3.4.3 e 3.4.4 do Edital – tudo conforme páginas 65 a 93 de sua documentação de habilitação (Anexo 03).

De todo modo, para que não paire dúvidas quanto a HABILITAÇÃO da ora recorrente, segue-se a análise pormenorizada dos motivos e fundamentos legais para a reforma da injusta inabilitação.

2.1 Do item escoramento de vala c/profundidade maior ou igual a 4,5m e largura maior ou igual a 2,5m.

Conforme sabido, atendendo na íntegra os itens 3.4.3 e 3.4.4 do Edital exigem escoramento de vala com profundidade maior ou igual a 4,5 m e largura maior ou igual a 2,5m com o quantitativo de 400 m².

Pois bem. Tal capacidade/qualificação fora devidamente comprovada pela empresa ora RECORRENTE com o certidão/atestado de capacidade técnica da prefeitura de São José, constante na página 92 da documentação de habilitação. Nesse sentido, vejamos o seguinte recorte da referida página:

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos e declaramos para os devidos fins, que a **Empresa Planaterra Terraplenagem e Pavimentação Ltda.**, CNPJ 82.743.832/0001-62, Inscrição Estadual 253.296.684, registro no CREA-SC 39.118-1, com sede à Rua Blumenau, 20D, Bairro: Líder, Chapecó – SC, CEP 89.805-430, executou obras civis, pelo sistema de empreitada por preços unitários, com fornecimento de material e de mão-de-obra destinada aos serviços de **Restauração e Adequação de Vias**, conforme dados abaixo discriminados:

Registro realizado a partir do protocolo nº 7210000441
CAI nº 25002112344 de 05/02/2021, página 6 de 7

5	11	Fornecimento e Assentamento de BSTC DN80cm - CA1	M	210,00
5	12	Fornecimento e Assentamento de BSTC DN100cm - CA1	M	258,88
5	13	Corpo BSCC 2,00 x 2,00 m - moldado no local - altura do aterro 1,00 a 2,50 m - areia e brita comerciais	M	420,00
5	14	Junção BSCC 2,00 x 2,00 m - esconsidade 45° a 90° - areia e brita comerciais	uni	13,00
5	15	Caixa de ligação e passagem - CLP 03 - areia e brita comerciais	uni	102,00
5	16	Boca de lobo simples - grelha de concreto - BLSG 04 - areia e brita comerciais	uni	184,00
5	17	Escoramento contínuo de valas, misto, com perfil I de 18"	M²	1.405,03
5	18	Estronças para valas com D=15cm - madeira com utilização de 3 vezes espaçadas de 1,35m	M	716,00
5	20	Desmónte de rocha com argamassa espansiva	M³	60,74
6		PAVIMENTAÇÃO		
6	1	Regularização e compactação de subleito	M2	26.900,88
6	2	Execução e compactação de base e ou sub base com macadame seco - exclusive escavação, carga e transporte	M3	6.205,24
6	3	Execução e compactação de base ou sub base com Brita graduada simples, exclusive carga e transporte	M3	4.586,48
6	6	Limpeza e Varredura de Pista	M2	26.975,55
6	7	Imprimação com CM-30	M2	26.975,55

Rua Oscarlino Romão Weber, 101 - Barreiros - São José - Santa Catarina - Brasil - CEP 88.113-150
Fone: 55-48-3281-6700 Site: www.pmsj.sc.gov.br - e-mail: sec.infraestrutura@pmsj.sc.gov.br



Rua Blumenau 20 D
Bairro Líder Chapecó - SC
Cep: 89.805-430
Fone: (49) 3321-1924
CNPJ: 82.743.832/0001-62
IE: 253.296.684
www.planaterra.com.br

Portanto, resta por devidamente comprovado que a recorrente atendeu satisfatoriamente atendendo na íntegra os itens 3.4.3 e 3.4.4 do Edital.

2.2 Do item “passeio em piso intertravado”.

Já para o item Execução de passeio em piso intertravado, o edital exigia 300 m², comprovação realizada pela ora RECORRENTE também com o Certidão/atestado de capacidade técnica da Prefeitura de São José, demonstrado na página 93 de sua documentação, como se pode confirmar abaixo:

6	8	Pintura de Ligação com RR-2C	M2	26.975,55
	10	Construção de pavimento com aplicação de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), binder, com espessura de 5,0cm exclusive transporte	M3	1.348,78
	13	Execução de pátio/estacionamento em piso intertravado com bloco retangular cor natural de 20 x 10 cm, espessura 6 cm 30 Mpa	M2	532,00
	SERVIÇOS COMPLEMENTARES			
	1	Recomposição de calçadas	M2	7.839,91
7	2	Fornecimento e assentamento de Meio-fio em concreto pré-moldado 12/15x30x100cm	M	7.428,62
7	3	Sarjeta de concreto	M2	933,11
7	4	Corte de asfalto com disco	M	6.827,72

Os serviços foram executados de acordo com as especificações gerais para obras rodoviárias do DEINFRA-SC e do DNIT.

Estas obras foram executadas sob responsabilidade dos Engenheiros Civis Gerson de Borba Dias CREA-SC 034273-8, Ronaldo Blaschewitz CREA-SC 077967-5 e Jairo Paulo Lammel CREA-SC 029713-1, através das Anotações de Responsabilidade Técnica números - Gerson: 7627295-6, 7627454-7 e 7627475-0; Ronaldo: 7627735-8, 7627753-6 e 7627770-6 e Jairo: 7627531-7, 7627625-1 e 7627642-1 cumprindo os termos contratuais e em conformidade com os Projetos e Memoriais Descritivos da obra, não existindo fatos que desabonem sua idoneidade técnica.

São José, 15 de Dezembro de 2020.

Portanto, mais uma vez demonstrado que a recorrente atendeu satisfatoriamente atendendo na íntegra os itens 3.4.3 e 3.4.4 do Edital.

2.3 Da comprovação da Capacidade Técnico-profissional.

Com relação ao Item 33.4.4 (CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL), insta dizer que o mesmo fora devidamente atendido pela recorrente com a documentação de habilitação acostada.

Para tanto, vejamos.

Para o item acima citado, conforme já demonstrado o edital exigiu profissional técnico e que o mesmo comprovasse possuir qualificação técnica para os itens descrito no item 3.4.4, sem exigência de quantidade. A comprovação se daria através de atestado de capacidade técnica, mais uma vez friso, comprovação essa apresentada pela empresa ora RECORRENTE, com as seguintes CAT's:

Página 1/3



Certidão de Acervo Técnico - CAT
 Resolução nº 1.025, de 20 de outubro de 2009
 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina


CREA-SC
 CAT COM REGISTRO DE ATTESTADO
252017076093
 Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009 do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina - CREA-SC, o Acervo Técnico do(a) profissional e Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica-ART abaixo descritos:

Profissional.: **JAIRO PAULO LAMMEL**
 Registro.....: PR S3 029713-1
 C.F.F.....: 437.314.579-20
 Data Nasc.....: 17/04/1962
 Títulos.....: ENGENHEIRO CIVIL
 DIPLOMADO EM 21/02/1986 PELO(A)
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
 CURITIBA - PR

•ART 4563602-5
 Empresa.....: PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
 Proprietário...: PREFEITURA MUNICIPAL CHAPECO
 Endereço Obra: RUAS DIVERSAS DO MUNICÍPIO
 Bairro.....: CENTRO
 89600 - CHAPECO - SC
 Registrada em: 19/11/2012 Baixada em.. 20/11/2012
 Período (Previsto) - Início: 03/06/2003 Término.....: 19/11/2012
 Autoria: INDIVIDUAL
 Tipo...: SUBST. ART VINCULADA A ART: 4558087-1
 Profissional: 029713-1 JAIRO PAULO LAMMEL

Página 1/4



Certidão de Acervo Técnico - CAT
 Resolução nº 1.025, de 20 de outubro de 2009
 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

CREA-SC
 CAT COM REGISTRO DE ATTESTADO
252021125344
 Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009 do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina - CREA-SC, o Acervo Técnico do(a) profissional e Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica-ART abaixo descritos:

Profissional.: **JAIRO PAULO LAMMEL**
 Registro.....: PR S3 029713-1
 C.F.F.....: 437.314.579-20
 Data Nasc.....: 17/04/1962
 Títulos.....: ENGENHEIRO CIVIL
 DIPLOMADO EM 21/02/1986 PELO(A)
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
 CURITIBA - PR

•ART 7627531-7
 Empresa.....: PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA
 Proprietário...: PREFEITURA DE SÃO JOSÉ
 Endereço Obra: RUAS DIVERSAS CONF CONTRATO NO 019 2020 S N
 Bairro.....: SERRARIA E IPIRANGA
 88100 - SÃO JOSÉ - SC
 Registrada em: 15/12/2020 Baixada em.. 26/01/2021
 Período (Previsto) - Início: 10/02/2020 Término.....: 18/10/2020
 Autoria: CO-RESPONSÁVEL VINCULADA A ART: 7627295-6
 Profissional: 034273-8 GERSON DE BORBIA DIAS
 Tipo...: SUBST. ART VINCULADA A ART: 7292433-8
 Profissional: 029713-1 JAIRO PAULO LAMMEL

Exigem rubrica e assinatura, para obter acesso ao sistema CTF impresso na CAT.
 Vinculada ou endossada no site: <http://www.crea-sc.org.br/assessoria/assessoria.php>
 Informando o número da Certidão de Acervo Técnico e sua data de emissão.

Rua Blumenau 20 D
 Bairro Líder Chapecó - SC
 Cep: 89.805-430
 Fone: (49) 3321-1924
 CNPJ: 82.743.832/0001-62
 IE: 253.296.684
www.planaterra.com.br



CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Conselho, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, o Acervo Técnico do profissional JAIRO PAULO LAMMEL.....

Responsabilidade Técnica - ART abaixo descrita(s):
Profissional: **JAIRO PAULO LAMMEL.....**
Registro: 07.0.0000016583..... RNP 1705956980.....
Título Profissional: **ENGENHEIRO CIVIL.....**

Número da ART: 1420140000002079982 Tipo de ART: Obra/Serviço - Nova ART.
Registrada em: 9/10/2014..... Baixada em: 28/9/2015.....
Forma de Registro: Inicial..... Participação Técnica: Individual.....
Empresa Contratada: CONSORCIO TRACADO/PLANATERRA/GRECA.....

Contratante: DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE CPF/CNPJ: 04892707000100
Logradouro: QUADRA SAN Q.03 BL. A..... Nº.....
Complemento: Bairro: ASA NORTE.....
Cidade: BRASILIA..... UF: DF..... CEP: 70040-902
Contrato TT - 036/2013-00..... celebrado em Vinculado à ART:
Valor do contrato: R\$ 64500000,00..... Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO.....
Ação institucional: ÓRGÃO PÚBLICO.....
Endereço da obra/serviço: RODOVIA BR 262, KM 436,6 - KM 446,5..... Nº.....
Complemento: Bairro:
Cidade: NOVA SERRANA..... UF: MG..... CEP: 35519-000
Início: 9/4/2013... Conclusão efetiva: 28/9/2015... Coord. Geográficas:
Finalidade: INFRAESTRUTURA..... Código:
Proprietário: DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE CPF/CNPJ: 04892707000100
Atividade Técnica: EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO OUTRAS FINALIDADES - GRUPO A(CIVIL) PARA
OUTROS FINS, Quantidade 9,90, Unidade km.....

Para o item questionado “escoramento de vala com profundidade maior ou igual a 4,5 m e largura maior ou igual a 2,5m” e para “Execução de passeio em piso intertravado”, estão apresentados nos atestados já mencionados neste recurso administrativo, que estão na página 91 a 93 da documentação de habilitação da empresa, e que são vinculados a CAT nº 252021125344 protocolo nº 72100004441 de 05/02/2021, que pode ser comprovada sua veracidade no site do CREA/SC.

Destaca-se que todos os Atestados de Capacidade técnica apresentados pela empresa são vinculados as CAT’S do Respectivo Engenheiro Civil e Responsável Técnico indicado, dessa forma a documentação apresentada atende as exigências editalícias e a inabilitação da ora RECORRENTE é injusta e não merece prosperar.

Abaixo é possível comprovar que o Engenheiro indicado como responsável técnico, detém qualificação técnica necessária ao atendimento do edital, pois o mesmo está vinculado a todos os acervos apresentados pela empresa em sua documentação de habilitação.

2.4 Da violação ao Princípio da Proporcionalidade e da Razoabilidade.

Conforme vem sendo defendido, a inabilitação é de todo INJUSTA e ILEGAL, pois também há no caso em concreto flagrante violação ao **PRINCIPIO DA PROPORCIONALIDADE/RAZOABILIDADE**.

Isto porque, não soa como proporcional ou razoável (e muito menos legal) conceber que a inabilitação deu-se única e exclusivamente pelo singelo fato de que a licitante não teria apresentado atestado de capacidade técnica onde a descrição do item fosse tal e qual o edital “escoramento de vala com profundidade maior ou igual a 4,5 m e largura maior ou igual a 2,5m” e “Execução de passeio em piso intertravado”.

Ora, senhor (a) presidente da Comissão de Licitações de Gaspar, a empresa executou o serviço solicitado no edital e sua comprovação de fez por meio de certidão/atestado de capacidade técnica, portanto sua inabilitação deve ser retificada, considerando a empresa habilitada.

A comprovação de que a empresa executou tal serviço “escoramento de vala com profundidade maior ou igual a 4,5m e largura maior ou igual a 2,5m”, será demonstrada a seguir com aditivo de contato nº 019/2020, que originou a CAT nº 252021125344, apresentada em sua documentação de habilitação para atendimento do item 3.4.3 e 3.4.4 do edital Tomada de Preços nº 04/2021.

No projeto inicial da obra, não estava previsto o serviço de escoramento de valas, porem com desenvolvimento dos serviços, objeto do contrato 019/2020, verificou-se a necessidade de tal serviço.

Serviço esse que foi informado a administração pública, que para adequar o contrato com a realidade da execução da obra, elaborou termo aditivo ao contrato, incluído tal serviço.

O aditivo de valor e quantitativo, bem como a medição final da obra encontram-se no Anexo 04 do presente recurso administrativo.

A planilha da medição final da obra, demonstra a execução de serviço de escoramento perfil I de 8”, bem como no acervo técnico apresentado pela ora RECORRENTE, o que ocorre é que não está com a nomenclatura de acordo com o que exigia o edital.

Contudo, se demonstrará a seguir com a CPU referência DNIT, que tal nomenclatura, apresentada nos documentos da Planaterra, são de acordo com as especificações do DNIT e que atendem ao exigido no edital.

Na figura abaixo é possível confirmar que perfil I, é utilizado para escoramentos de até 10 metros, sendo assim fica comprovado que a empresa executou tal serviço na obra de São José com a medição final (Anexo 04) e que está devidamente acervado e por tanto deve ser aceito por essa comissão de licitação para atendimento dos itens 3.4.3 e 3.4.4. Vejamos:

CGCIT
DNIT


SISTEMA DE CUSTOS REFERENCIAIS DE OBRAS - SICRO				Santa Catarina		Produção da equipe 1,00000 m²	
Custo Unitário de Referência				Outubro/2020		Valores em reais (R\$)	
2106293 Escoramento com perfis metálicos I 152 mm x 10,8 kg/m a cada metro e chapas de aço - estroncas a cada 2 m não incluídas - profundidade de até 10 m - aço com utilização de 20 vezes - fornecimento, instalação e retirada							
A - EQUIPAMENTOS		Quantidade	Utilização		Custo Horário		Custo Horário Total
			Operativa	Improdutiva	Produtivo	Improdutivo	
E9066	Grupo gerador - 13/14 kVA	0,40000	1,00	0,00	9,2617	1,7707	3,7047
E9547	Máquina para solda elétrica - 9,2 kW	0,40000	1,00	0,00	0,0793	0,0408	0,0317
Custo horário total de equipamentos							3,7364
B - MÃO DE OBRA		Quantidade	Unidade	Custo Horário		Custo Horário Total	
P9830	Montador	1,00000	h	25,9921		25,9921	
P9824	Servente	4,00000	h	17,9990		71,9960	
P9825	Soldador	0,40000	h	32,2399		12,8960	
Custo horário total de mão de obra							110,8841
Custo horário total de execução							114,6205
Custo unitário de execução							114,6205
Custo do FIC							-
Custo do FIT							-
C - MATERIAL		Quantidade	Unidade	Preço Unitário		Custo Unitário	
M0682	Aço em perfis ASTM A36	0,54000	kg	5,8803		3,1754	
M1378	Chapa de aço ASTM A36	5,59313	kg	5,9272		33,1516	
M2130	Eletrodo E70 xx	0,19625	kg	19,6486		3,8560	
Custo unitário total de material							40,1830
D - ATIVIDADES AUXILIARES		Quantidade	Unidade	Custo Unitário		Custo Unitário	
Custo total de atividades auxiliares							
Subtotal							154,8035
E - TEMPO FIXO		Código	Quantidade	Unidade	Custo Unitário		Custo Unitário
M0682	Aço em perfis ASTM A36 - Caminhão carroceria 15 t	5914655	0,00054	t	22,1700		0,0120
M1378	Chapa de aço ASTM A36 - Caminhão carroceria 15 t	5914333	0,00559	t	20,1000		0,1124
M2130	Eletrodo E70 xx - Caminhão carroceria 15 t	5914655	0,00020	t	22,1700		0,0044
Custo unitário total de tempo fixo							0,1288
F - MOMENTO DE TRANSPORTE		Quantidade	Unidade	DMT			Custo Unitário
				LN	RP	P	
M0682	Aço em perfis ASTM A36 - Caminhão carroceria 15 t	0,00054	tkm	5914449	5914464	5914479	
M1378	Chapa de aço ASTM A36 - Caminhão carroceria 15 t	0,00559	tkm	5914449	5914464	5914479	
M2130	Eletrodo E70 xx - Caminhão carroceria 15 t	0,00020	tkm	5914449	5914464	5914479	
Custo unitário total de transporte							
Custo unitário direto total							154,93

Obs:

Pelo acima exposto, não poderia ser motivo de inabilitação a divergência na nomenclatura tal serviço, pois restou demonstrado que a empresa executou o serviço compatível com o ora licitando e por tanto merece a reformulação da decisão da comissão de licitação, habilitando a Planaterra e possibilitando a sua continuidade no processo licitatório em comento.

Já com relação ao item “Execução de passeio em piso intertravado”, é possível confirmar que tal serviço já estava previsto na licitação, e por tanto a comprovação apresentada no atestado de capacidade técnica/CAT nº 252021125344, atende plenamente a exigência do edital.

Vejamos a planilha orçamentária da licitação Concorrência 016/2019, que originou o contrato 019/2020 com a Empresa Planaterra:




REFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ / SC

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

OBJETO	Contratação de Empresa de Engenharia Especializada para execução de serviços de Drenagem, Pavimentação e Sinalização Viária das Ruas: Amarildo Roling Guizoni, São Benedito, Padre Raulino Raitz, Elzida Schmidt Coelho, Fernandes Cardoso da Silva, Ligação da Rua Fernandes Cardoso da Silva até a Rua Alvaro Medeiros Santiago, Duque de Caxias, Major Durval, Plácides Arnoldo Meira, João Guilherme Azevedo, Travessa João Paulo Gaspar, Travessa Duque de Caxias x Major Durval, nos bairros Serraria e Ipiranga no município de São José/SC								
LOCAL	Serraria e Ipiranga no município de São José/SC					PRAZO	8 meses		
DATA	02/08/2019					VALOR	R\$ 9.875.114,17		
DATA BASE	SINAPI: ABRIL/2019 - SICRO2-DNIT SUL: OUTUBRO/2018					BDI	24,30%		
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA									
ITEM	FORNTE	REF.	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	C. UNIT (R\$)	BDI (%)	PREÇO (R\$)	TOTAL (R\$)
6			PAVIMENTAÇÃO						
ITEM	FORNTE	REF.	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	C. UNIT (R\$)	BDI (%)	PREÇO (R\$)	TOTAL (R\$)
6.10	SINAPI	95995	Construção de pavimento com aplicação de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), binder, com espessura de 5,0cm exclusive transporte	m3	1.396,91	861,76	24,30%	1.071,17	1.496.328,08
6.11	SINAPI	72891	Carga manobras e descargas de mistura betuminosa a quente, com caminhão basculante 6 m³, descarga em vibro-acabadora	m3	1.396,91	5,58	24,30%	6,94	9.694,56
6.12	SINAPI	95303	Transporte com caminhão basculante 10m3 de massa asfáltica para pavimentação urbana	m3xkm	41.907,26	0,97	24,30%	1,21	50.707,78
6.13	SINAPI	92397	Execução de pátio/estacionamento em piso intertravado com bloco retangular cor natural de 20 x 10 cm, espessura 6 cm 30 Mpa	m2	532,00	42,60	24,30%	52,95	28.169,40
SUBTOTAL									3.646.208,25

Também é possível comprovar com a medição final da obra que tal serviço foi executado pela ora RECORRENTE, vejamos:



SECRETARIA DE

INFRAESTRUTURA

MEDICÃO 07 - FINAL

EMPRESA: Planaterra Terraplenagem e Pavimentação Ltda					CNPJ Nº: 82.743.832/0001-62		
ENDEREÇO: Rua Blumenau, 20-D - Bairro Líder - Chapecó/SC							
OBJETO: Contratação de Empresa de Engenharia Especializada para execução de serviços de Drenagem, Pavimentação e Sinalização Viária das Ruas: Amarildo Roling Guizoni, São Benedito, Padre Raulino Raitz, Elzida Schmidt Coelho, Fernandes Cardoso da Silva, Ligação da Rua Fernandes Cardoso da Silva até a Rua Alvaro Medeiros Santiago, Duque de Caxias, Major Durval, Plácides Arnoldo Meira, João Guilherme Azevedo, Travessa João Paulo Gaspar, Travessa Duque de Caxias x Major Durval, nos bairros Serraria e Ipiranga no município de São José/SC							
CONTRATO		NÚMERO	DATA	PRAZO	MODALIDADE	VALOR	AES
		019/SM/2020	05/03/20	08 meses	Concorrência	R\$ 9.106.588,61	24/02/2020
							10/02/2020
							R\$ 9.106.588,61
RECUPERAÇÃO		NÚMERO	DATA	PERÍODO			
		7 - FINAL	19/11/2020	01/10/20 até 18/10/20			

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND.	QUANTIDADE FÍSICA					VALORES					
			Contrato	Aprovado	Anterior	Atual	Acumulado	Utilizado	Aprovado	Anterior	Atual	Acumulado	Saldo
6.11	Carga manobras e descargas de mistura betuminosa a quente, com caminhão basculante 6 m³, descarga em vibroacabadora	m3	1.396,91	1.396,91	1.348,78	-	1.348,78	6,07	8.479,24	8.187,09	-	8.187,09	202,15
6.12	Transporte com caminhão basculante 10m3 de massa asfáltica para pavimentação urbana	m3xkm	41.907,26	40.463,33	40.463,33	-	40.463,33	1,08	42.891,13	42.891,13	-	42.891,13	-
6.13	Execução de pátio/estacionamento em piso intertravado com bloco retangular cor natural de 20 x 10 cm, espessura 6 cm 30 Mpa	m2	532,00	532,00	532,00	-	532,00	46,34	24.652,88	24.652,88	-	24.652,88	-

Fica claro, com a apresentação do orçamento da licitação CC 016/2019 e com a medição final, que o serviço de execução de piso intertravado estava previsto na licitação, que por sua vez originou o contrato 019/2020 e posteriormente o Atestado de Capacidade Técnico/CAT nº 252021125344, atendendo a exigência do Edital para qualificação técnico-operacional como para qualificação técnico-profissional, pois o atestado está em nome da empresa e do engenheiro indicado como responsável técnico pela mesma.

A comprovação do orçamento apresentado para licitação, para que não reste dúvidas, também pode ser consultado no portal de transparência do município de São José, na página <http://transparencia.pmsj.sc.gov.br:90/pronimtb/index.asp?acao=1&item=2&visao=1&anoproc=2019&nrproc=425&numpag=1&historico=true>, consultar por Concorrência Pública nº 016/2019, Processo Administrativo nº 7661/2019, no portal inclusive é possível visualizar além do orçamento, o contrato e os aditivos ao contrato 019/2020.

Os documentos são públicos, a disposição para consulta e comprovação da veracidade das informações, não seria a empresa ora RECORRENTE, ignorante ao ponto de incluir em sua documentação de habilitação uma comprovação técnica que não fosse condizente com a exigência do Edital.

Além do mais, fosse analisar todos os demais atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa Planaterra no processo licitatório Tomada De Preços 04/2021, já seriam suficientes para comprovar que a empresa possui expertise muito aquém da obra ora licitada.

Como exemplo podemos citar o Atestado de Capacidade Técnica/CAT nº 1420160001533, da obra restauração e duplicação da BR-262 em Minas Gerais, obra essa de grande vulto, com execução de terraplenagem, drenagens, pavimentação asfáltica e grandes obras de arte especiais, incluído nessas passagens inferiores e superiores, túneis, enfim serviços de complexidade muito superior a licitada no momento por essa municipalidade.

Sendo esclarecido que a empresa dispõe de qualificação técnica superior a exigida no edital TP 04/2021, se faz necessário pontuar que de acordo com o artigo 3º da Lei 8.666/93, a licitação deve ser pautada por princípios como o da vinculação ao edital e do julgamento objetivo.

Todavia, nunca demais destacar o PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE e da RAZOABILIDADE, que muito embora não conste expressamente do referido artigo, é amplamente aceito pela melhor doutrina e jurisprudência e devem ser observados pelo aplicador de direito e pelo administrador público, em especial para o afastamento de **formalismos inócuos**.

Isto porque, muitas vezes, a rigidez legalista imposta ao gestor o coloca em situações nas quais interpretações literais de dispositivos normativos ou cumprimentos automáticos de rotinas administrativas podem confrontar o próprio interesse público tutelado ou mesmo garantias elementares de nosso Estado Democrático de Direito.

Nesse sentido, a **razoabilidade** condiciona a atuação discricionária da Administração, coibindo a arbitrariedade, pelo excesso ou falta de proporção entre o fato e a finalidade a que se destina.

Razoabilidade e proporcionalidade são princípios que possuem, na atividade administrativa, funções axiológicas e teleológicas essenciais, permitindo o controle dos atos administrativos pelos mais elevados valores que os justificam.

A jurisprudência pátria tem, de forma efetiva, cobrado o respeito a esses princípios, invalidando excessos de disposições editais desproporcionais ou comportamentos irrazoáveis praticados por gestores públicos.

Neste norte, importa destacar que a **razoabilidade** (ou proporcionalidade ampla) impõe uma **tríplice exigência** ao desempenho da função administrativa, de forma que, para a realização de fins públicos, sejam adotados **meios adequados, necessários e proporcionais (as vantagens devem superar as desvantagens criadas)**.

Neste raciocínio, a razoabilidade é formada por subprincípios, quais sejam: **adequação (utilidade)**, segundo o qual a medida deve ser apta ao fim desejado; **necessidade (exigibilidade)**, pelo qual o meio deve ser aquele que menos cause prejuízo aos administrados; e **proporcionalidade** em sentido estrito, segundo o qual as vantagens devem superar as desvantagens.

E é nesse exato sentido que entendemos que esta Doutra Comissão deve valer-se dos princípios da razoabilidade/proporcionalidade, buscando avaliar elementos jurídicos e não jurídicos para sua tomada de decisão no caso em concreto, pois, conforme alhures exposto, não soa como proporcional, ou mesmo razoável (e muito menos legal), conceber que a inabilitação mantenha-se única e exclusivamente pelo singelo fato de que a licitante não teria apresentado atestado de capacidade técnica com a descrição de acordo com o exigido no edital, sendo que a empresa não deixou de apresentar a demonstração de qualificação técnica-operacional e qualificação técnica-profissional, ou seja, cumpriu com o objetivo do certame, qual seja: a comprovação de qualificação técnica, conforme determina a Lei de Licitações nº 8.666/93, em seu artigo 30.

Transcrevendo em outras palavras, a documentação juntada pela recorrente fora adequada, necessária e proporcional a finalidade do órgão licitante, qual seja: A COMPROVAÇÃO DE QUE A LICITANTE POSSUI CAPACIDADE TÉCNICA para executar a obra, objeto da presente licitação.

Dispõe o art. 37 da CF/88:

“a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.”

Já o art. 3º da Lei no 8666/93, fixa que:

“a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”. (grifei)

E ainda para Hely Lopes Meirelles, o Princípio da Razoabilidade pode ser chamado de princípio da proibição de excesso, pois *“objetiva aferir a compatibilidade entre os meios e os fins, de modo a evitar restrições desnecessárias ou abusivas por parte da Administração Pública, com lesão aos direitos fundamentais”*. (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo. 29. ed. 2004. p. 92.) (grifei)

Veja-se que o gestor não pode apegar-se cegamente a princípios como o da legalidade extremada ou a vinculação ao edital sob pena de ferir, também, o princípio da competitividade; pois é através desta competitividade (disputa) entre os eventuais interessados que possibilita à administração alcançar um melhor resultado no certame, auferindo a **proposta mais vantajosa**.

Importante frisar, então, que a Administração Pública deve se abster de fazer exigências desnecessárias, irrelevantes e que não estejam relacionadas diretamente a uma atividade/serviço específico e que não afetaria a execução do objeto, sendo comprovado a capacidade da empresa com uma atividade semelhante; buscando sempre maior número de competidores interessados no objeto licitado, afinal, nos termos do inciso I do § 1º do artigo 3º da Lei 8.666/93, é vedado admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do certame.

E nem se diga que o princípio da proporcionalidade não pode ser utilizado em sede de habilitação (art. 27 da Lei 8.666/93).

Isto porque, para fins de interpretação do mencionado dispositivo da Lei de Licitação Pública, vale lembrar que a Constituição, em seu art. 37, inciso XXI, determinou que os requisitos de habilitação fossem os necessários à garantia do cumprimento das obrigações contratuais, o que justifica, no caso concreto, o uso da proporcionalidade.

Atente-se, portanto, que o princípio da proporcionalidade limita a discricionariedade administrativa para estabelecimento do rol de requisitos de habilitação, possibilitando o juízo de verificação no que diz respeito a adequação, a necessidade e a proporcionalidade propriamente dita.

Nenhuma praxe administrativa que não encontra fundamento em dispositivo legal pode levar ao rigorismo de se desclassificar um licitante que deixou de cumprir um formalismo despiciendo à realização da finalidade pública em questão. Caso contrário, ter-se-ia um **excesso incompatível** com o caráter competitivo do certame e com a necessidade de eficácia na atuação estatal.

Do mesmo modo, o excessivo rigor formal na cobrança dos requisitos habilitatórios também é repellido por nossos tribunais, afinal, as regras do certame licitatório, embora respeitando a legalidade e a isonomia, devem ser interpretadas de forma a prestigiar a competitividade, no intuito de obtenção da melhor proposta para a Administração.

Desse modo, torna-se a questionar: seria prudente, legal e proporcional a comissão de licitação considerar motivo para inabilitação da ora RECORRENTE a não apresentação de atestado de capacidade técnica que conste serviço com a mesma nomenclatura que o edital solicita, sendo que a exigência era comprovar a qualificação técnica e tal requisito de habilitação a empresa recorrente atendeu plenamente com os acervos apresentados na documentação de habilitação?! Não seria isso excesso de formalidade por parte da Comissão de Licitação?

Não é cabível excluir propostas vantajosas ou potencialmente satisfatórias apenas por que o “princípio da isonomia ou legalidade” imporia tratamento de extremo rigor. A isonomia não obriga adoção de formalismo irracional. Atende-se ao princípio da isonomia quando se assegura que todos os licitantes poderão ser beneficiados por idêntico tratamento menos severo.

Assim sendo, requer-se o afastamento da inabilitação, com relação aos fatos expostos que deram aso a inabilitação da ora RECORRENTE, isto por que fica claro a comprovação de que a empresa PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA apresentou os documentos necessários para atendimento do edital nesta fase do certame.

2.5 Da violação ao Princípio da Igualdade.

A par de todo o exposto, convém destacar que a manutenção da inabilitação da recorrente também ofende o PRINCÍPIO DA IGUALDADE.

Não é da índole da empresa ora RECORRENTE atrapalhar os procedimentos licitatórios, fosse isso não estaria apresentado o presente Recurso Administrativo, e mesmo entendendo ser excesso de formalismo.

Ademais, não é cabível excluir propostas vantajosas ou potencialmente satisfatórias apenas por que o “princípio da isonomia” imporia tratamento de extremo rigor.

A isonomia não obriga adoção de formalismo irracional. Atende-se ao princípio da isonomia quando se assegura que todos os licitantes poderão ser beneficiados por idêntico tratamento menos severo.

Assim sendo, se requer o afastamento da inabilitação, com relação aos fatos expostos que deram azo a inabilitação da ora RECORRENTE, isto por que fica claro a comprovação de que a empresa PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA, apresentou os documentos necessários para atendimento do edital nesta fase do certame. E que não seria justo manter a inabilitação da ora RECORRENTE.

Oportunizando sua permanência no processo licitatório em comento, possibilitando assim a ampla competitividade, que só tem a agregar para o Município de Gaspar.

3 DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO.

Considerando que a ciência dos MOTIVOS DETERMINANTES que deram azo à Inabilitação da documentação da empresa RECORRENTE, foi explicitada na data de 23/04/2021 (anexo nº 02), recebida via correio eletrônico e-mail cpl@gaspar.sc.gov.br, bem como a data da ATA de 22/04/2021, com base no art. 109 da Lei 8.666/93, dos atos da administração decorrentes da aplicação desta lei cabem, recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, nos casos de habilitação ou inabilitação do licitante o que foi também incorporado ao Edital no item 11.

Deste modo, é de se entender tempestivo o recurso.

4 DOS REQUERIMENTOS.

Em face das razões expostas, a recorrente licitante PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA, requer desta Comissão de Licitação:

- a) Seja conhecido o presente recurso administrativo, para reconsiderar a decisão proferida pela Comissão de Licitação, referente ao resultado do julgamento de inabilitação da EMPRESA PLANATERRA.
- b) Seja dado provimento ao presente recurso administrativo, HABILITANDO-SE a recorrente no certame pelas razões de fato e direito acima invocadas;
- c) A cientificação da Recorrente a respeito da decisão que será proferida sobre este recurso administrativo, cujo ofício deverá ser enviado ao endereço constante da qualificação deste requerimento.
- d) O PROVIMENTO do mesmo para se evitar acesso desnecessário ao Poder Judiciário.

São os termos em que pede deferimento.

Chapecó/SC, em 26 de abril de 2021.

PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA.